

Sumário

Editorial..... 15

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

O princípio da primazia da resolução do mérito e o novo código de processo civil
Alexandre Freitas Câmara 19

Os honorários advocatícios e o poder público em juízo no CPC de 2015
Cassio Scarpinella Bueno 25

Colegialidade corretiva, precedentes e vieses cognitivos: algumas questões do CPC-2015
Dierle Nunes 39

Algumas perspectivas do processo coletivo frente ao novo CPC
Eduardo Arruda Alvim e Angélica Arruda Alvim 57

Brevíssimas reflexões sobre a aplicação subsidiária do CPC 2015 ao processo dos Juizados Especiais Federais
Flávio Luiz Yarshell 65

Apelação contra decisão interlocutória não agravável: A apelação do vencido e a apelação subordinada do vencedor: Duas novidades do CPC/2015.
Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha 71

O NCPC e os precedentes - afinal, do que estamos falando?
Georges Abboud e Lenio Luiz Streck..... 81

Intervenção de terceiros
Humberto Theodoro Júnior 89

Tutela provisória: considerações gerais
José Roberto dos Santos Bedaque 109

A fundamentação no NCPC: uma conquista democrática
Lenio Luiz Streck..... 121

A aplicação do princípio da primazia do julgamento do mérito no novo Código de Processo Civil brasileiro
Leonardo Carneiro da Cunha 133

Diretrizes gerais do novo CPC
 Leonardo Greco137

Ativismo judicial e a desistência de recurso
 Nelson Nery Junior e Georges Abboud 149

O novo CPC e a ação de alimentos: insegurança pela ampliação assistemática do conceito jurídico de família e de parentesco por decorrência de modernas tecnologias de reprodução assistida
 Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery 169

Legitimação da decisão pelo processo. Considerações em torno da estrutura do novo CPC.
 Tercio Sampaio Ferraz Junior177

Recursos e rendimento do processo: problemas de hoje e soluções para o amanhã
 Teresa Arruda Alvim Wambier 187

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Licitação. Contrato de prestação de serviços. Garantia. Condição prevista no edital. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
 AC 0008390-26.2012.4.03.6108
 Desembargador Federal Mairan Maia203

Mandado de Segurança. Concurso público para provimento de cargos. Convocação para realização de exames admissionais e apresentação de documentos. Ausência de direito líquido e certo à nomeação.
 MS 0022962-75.2012.4.03.0000
 Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 208

Eleição de conselho de classe. Pretendida reapresentação de solicitação de “envio de propostas” de uma das chapas concorrentes, na consequência do indeferimento da proposta originária. Ausência de previsão regimental. Não há espaço para o poder judiciário, diante da competência legal e da proibição de se portar como legislador positivo, interferir nos processos eleitorais alheios.
 AI 0020193-89.2015.4.03.0000
 Desembargador Federal Johansom Di Salvo 218

Suspensão de medida liminar concedida em Ação Popular. Licitação promovida pela prefeitura do município de São Paulo para, no lugar da “feira da madrugada”, construir, implantar e manter centro de compra popular dirigido por empreendedor privado.
 SLAT 0029987-37.2015.4.03.0000
 Desembargador Federal Fábio Prieto224

DIREITO AMBIENTAL

Ação Civil Pública. Dano ambiental. Construção em área de preservação permanente. Faixa marginal de rio. Instrumento da política nacional do meio ambiente. Responsabilidade objetiva. Obrigação “propter rem”. Irrelevância de degradação ambiental preexistente.
AC 0006679-08.2011.4.03.6112
Desembargador Federal Antonio Cedenho.....239

DIREITO CIVIL

Nulidade de registro de marca. Princípio “first to file”. Sistema atributivo. Propriedade intelectual. Precedência. Infraclasses. Subclasses. Interclasses. Usuário de boa-fé. Direito de precedência ao registro. Procedimento administrativo de concessão instaurado.
AC 0029033-54.1997.4.03.6100
Desembargadora Federal Cecilia Mello 267

Ação de indenização. Armazéns gerais. Prescrição.
Ag AC 0023489-80.2000.4.03.6100
Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 295

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ação Civil Pública. Garantia do direito à vida e à saúde. Importação de leite e derivados. Acidente nuclear na usina de Chernobyl. Óbice à importação de produtos que contenham qualquer índice de contaminação radioativa artificial, exceto o natural.
AC 0937212-35.1986.4.03.6100
Desembargador Federal André Nabarrete303

Psoríase extensa. Fornecimento gratuito de medicamento. Legitimidade passiva da União, estados e municípios. Essencialidade do medicamento pleiteado. Direito à saúde indissociável do direito à vida. Princípio da dignidade da pessoa humana. Dever do Estado.
AC 0003838-13.2006.4.03.6113
Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 335

Direito de passagem forçada. Encravamento de imóvel. Deslocamento de aldeia indígena. Função social da propriedade.
AI 0046406-79.2008.4.03.0000
Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....346

DIREITO PENAL

Tráfico de influência. Sigilo profissional. Violação de prerrogativa do advogado. Relativização. Impunidade.

ACr 0000574-72.2003.4.03.6119

Desembargador Federal Maurício Kato..... 353

Apropriação indébita previdenciária continuada. Empresa devidamente constituída, porém não ativada. Existência de funcionários registrados. Inexigibilidade de conduta diversa.

APN 0002751-06.2007.4.03.6107

Desembargadora Federal Cecília Marcondes 364

Tráfico transnacional de drogas. Atenuante da confissão: aplicabilidade. Causa de redução de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006: inaplicabilidade aos “mulas” do tráfico que transportam grande quantidade de entorpecentes, ainda que de forma eventual: provas de integração em organização criminosa.

EifNu 0008011-28.2007.4.03.6119

Desembargador Federal Hélio Nogueira 372

Redução à condição análoga à de escravo e introdução e ocultação de estrangeiros em situação irregular.

ACr 0017319-62.2008.4.03.6181

Juiz Federal Convocado Wilson Zauhy..... 382

Crime contra o sistema financeiro. Obtenção de empréstimo em instituição financeira utilizando meio fraudulento. Artigo 19 da Lei nº 7.492/1986. Crime formal. Inaplicabilidade princípio da insignificância.

ACr 0001997-58.2012.4.03.6117

Desembargador Federal José Lunardelli..... 387

Crimes contra o meio ambiente e a fé pública. Art. 29, § 1º, III e § 4º, I, da Lei nº 9.605/1998 e art. 296, § 1º, I, do Código Penal. Criador de aves autorizado. Anilhos violados. Crime continuado.

ACr 0000060-12.2013.4.03.6106

Desembargador Federal André Nekatschalow 396

Roubos majorados. Concurso formal. Inocorrência de “bis in idem”. Emprego de arma de fogo com numeração raspada. Inocorrência de crime autônomo. Consunção.

ACr 0009460-19.2014.4.03.6105

Desembargador Federal Paulo Fontes 401

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aposentadoria especial. Conversão de atividade comum em especial. Necessidade de alternância entre os períodos de atividade comum e especial. REsp nº 1.310.034. Inviabilidade de retratação por falta de pressuposto.

AgApelReex 0025004-54.2004.4.03.9999

Desembargadora Federal Marisa Santos..... 419

Labor sob condições insalubres. Torneiro mecânico. Enquadramento. Agravo Regimental. Fungibilidade para conhecer como Agravo Legal.

Ag ApelReex 0000996-44.2006.4.03.6183

Desembargador Federal David Dantas.....423

Aposentadoria especial. Julgamento por decisão monocrática.

Ag AC 0004800-47.2008.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Valdeci dos Santos.....430

Reconhecimento de tempo de serviço rural anterior à prova documental. Entendimento do STJ. Recurso especial representativo de controvérsia.

AC 0027667-97.2009.4.03.9999

Desembargador Federal Fausto De Sanctis..... 437

Juízo de retratação. Atividade especial. Utilização do EPI.

ApelReex 0002442-71.2010.4.03.6109

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias..... 441

Restabelecimento do auxílio-doença. Concessão de aposentadoria por invalidez. Transtorno depressivo recorrente. Epilepsia. Controle por medicamentos.

AC 0009830-92.2010.4.03.6119

Juiz Federal Convocado Carlos Francisco.....444

Segurado já aposentado no RPPS. Requerimento de expedição de certidão do tempo de serviço não utilizado na concessão do benefício no regime público para fins de contagem recíproca concessão de aposentadoria junto ao RGPS. Atividades concomitantes. Possibilidade.

AMS 0001356-15.2013.4.03.6124

Desembargadora Federal Lucia Ursaia.....448

Mandado de Segurança. Auxílio-acidente. Verbas recebidas indevidamente em cumulação com aposentadoria. Caráter alimentar. Desnecessidade de devolução.

Ag AMS 0001257-41.2014.4.03.6114

Desembargador Federal Toru Yamamoto..... 453

<i>Readequação de benefício. Tetos das Emendas Constitucionais nº 20/14998 e 41/2003. Ag ApelReex 0002405-74.2014.4.03.6183</i>	
Desembargador Federal Baptista Pereira	457
<i>Aposentadoria por tempo de serviço. Vigia. Arma de fogo. Desnecessidade. Porte. Natureza especial. Reconhecida. Ag AC 0035268-81.2014.4.03.9999</i>	
Desembargador Federal Gilberto Jordan	462
<i>Auxílio-reclusão. Segurado desempregado. EDcl ApelReex 0036533-21.2014.4.03.9999</i>	
Desembargador Federal Souza Ribeiro	471
<i>Auxílio-doença. Presença dos requisitos legais necessários à concessão da tutela antecipada. AI 0007512-87.2015.4.03.0000</i>	
Desembargadora Federal Tânia Marangoni	478
<i>Pensão por morte. Filho inválido. Condição de dependente comprovada. Ag AC 0022244-49.2015.4.03.9999</i>	
Desembargador Federal Sérgio Nascimento	481
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
<i>Ação Revocatória. Suspensão do processo até julgamento dos Embargos à Execução Fiscal. Definição do valor do crédito exequendo. Ag Rg AC 1204331-75.1995.4.03.6112</i>	
Desembargador Federal Peixoto Junior	487
<i>Execução de sentença. Incidência dos juros moratórios entre a data do cálculo de liquidação e a expedição do precatório/RPV. AgEI 0001940-31.2002.4.03.6104</i>	
Desembargador Federal Paulo Domingues	490
<i>Embargos de Declaração de anterior Embargos de Declaração. Petição protocolizada anteriormente ao julgamento. Omissão configurada. Documento novo. Descaracterização. Sem efeito modificativo. Critérios de fixação de honorários advocatícios. Ausência de vícios. Efeito infringente. REO 0014125-80.2007.4.03.9999</i>	
Juiz Federal Convocado Carlos Delgado.....	504
<i>Embargos de Terceiro. Desconstituição da penhora sobre veículo. Alienação anterior. Inocorrência de fraude à execução. Falta de comunicação da transferência ao DETRAN. AC 0035057-55.2008.4.03.9999</i>	
Desembargador Federal Nino Toldo	507

<i>Impenhorabilidade reconhecida. Penhora “on line”. Conta-salário. Natureza alimentar.</i> Ag AI 0007161-85.2013.4.03.0000 Desembargador Federal Luiz Stefanini	510
<i>Ação coletiva. FGTS. Correção monetária de saldos de conta vinculada ao FGTS. Aplicação da TR. Juros remuneratórios.</i> AC 0018595-07.2013.4.03.6100 Juíza Federal Convocada Denise Avelar	514
<i>Apelação intempestiva do INSS. Intimação por carta com aviso de recebimento. Inexistência de representante da Procuradoria Federal na sede do juízo.</i> Ag AC 0021216-80.2014.4.03.9999 Desembargador Federal Newton De Lucca	526
<i>Agravo Regimental em Exceção de Suspeição. Documentos novos. Juntada na fase recursal. Preclusão.</i> Ag Rg Exc Susp 0000069-03.2015.4.03.6106 Desembargadora Federal Marli Ferreira	530
DIREITO TRIBUTÁRIO	
<i>IPI. Prescrição quinquenal. Decreto nº 20.910/1932. Aquisições de insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero. Crédito de IPI. Aproveitamento. Impossibilidade.</i> Ag Rg AC 0001140-43.2001.4.03.6102 Desembargador Federal Nelton dos Santos.....	535
<i>Embargos à Execução Fiscal. IRPJ. Distribuição disfarçada de lucros. Empréstimos a sócios. Inexistência de lucros acumulados ou reservas de lucros à época. Tributação indevida.</i> AC 0028030-65.2001.4.03.9999 Juíza Federal Convocada Leila Paiva.....	540
<i>Execução Fiscal. Conselho profissional. Cobrança de anuidades. Lei nº 12.514/2011. Retroatividade. Impossibilidade. Recurso Especial nº 1.404.796/SP representativo da controvérsia.</i> AC 0002464-65.2011.4.03.6119 Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....	554
<i>Execução Fiscal. Crédito não tributário. Redirecionamento. Dissolução irregular.</i> AI 0005852-97.2011.4.03.0000 Desembargador Federal Nery Júnior.....	557

Apreensão de mercadoria ocultada da fiscalização alfandegária. Nulidade do auto de infração. Inocorrência. Modificação de base legal da imputação. Inocorrência. Julgamento administrativo em única instância. Constitucionalidade. Exame pericial. Desnecessidade. Regime especial de admissão temporária. Inaplicabilidade. Falsa declaração de conteúdo. Interposição de terceiro. Dano ao erário. Prescindibilidade de prejuízo de cunho financeiro.
 AC 0002363-91.2012.4.03.6119
 Desembargador Federal Carlos Muta561

Compensação de débitos tributários em sede de liminar em Mandado de Segurança. Impossibilidade. Súmula nº 212 do STJ. Lei nº 12.016/2009.
 AgRg AI 0020464-98.2015.4.03.0000
 Desembargadora Federal Mônica Nobre580

SENTENÇAS

Embargos à Execução Fiscal. Contribuição ao FINSOCIAL, cobrada à alíquota de 0,5%. Responsabilidade de ex-sócios. Grupo econômico. Desconsideração da personalidade jurídica. Impenhorabilidade de bens declarados indisponíveis. Vedação de confisco e proporcionalidade. Inconstitucionalidade de majoração de alíquota do FINSOCIAL.
 0014288-31.2008.4.03.6182
 Juiz Federal Erik Frederico Gramstrup 585

Ação Ordinária. Transporte internacional de reagentes. Escala no Aeroporto de Guarulhos. Armazenamento inadequado fora de câmara fria. Precimento dos volumes. Responsabilidade objetiva.
 0005611-02.2011.4.03.6119
 Juíza Federal Carolline Scofield Amaral 598

Ação Penal. Formação de quadrilha. Fraude a arrematações judiciais.
 0001941-28.2012.4.03.6116
 Juiz Federal Luciano Tertuliano da Silva 607

Perdimento de veículo. Batedor a caminhão introdutor de mercadoria estrangeira sem regular documentação.
 0000373-64.2013.4.03.6108
 Juiz Federal José Francisco da Silva Neto 628

Indenização por danos morais e materiais. Falecimento de seu pai por ocasião do golpe militar de 1964. Vítima de atos de tortura cometidos pelo regime militar.
 0003485-41.2013.4.03.6108
 Juiz Federal Joaquim Euripedes Alves Pinto 635

<i>Ação Penal. Denúncia por crime de roubo com arma de fogo em Agência dos Correios. Semelhança do réu com a pessoa que aparece praticando o roubo nas fotos. Dúvida acerca da autoria. Absolvição.</i>	
0004029-20.2013.4.03.6111	
Juiz Federal José Renato Rodrigues.....	642
<i>Ação Ordinária. Ressarcimento ao erário de quantia indevidamente recebida em benefício de aposentadoria por idade.</i>	
0008706-33.2013.4.03.6131	
Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite	648
<i>Ação regressiva de indenização proposta pelo INSS. Ressarcimento de valores pagos em benefício previdenciário (pensão por morte) em decorrência de acidente de trabalho.</i>	
0014489-39.2013.4.03.6120	
Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert	660
<i>Ação de Repetição de Indébito. Renovação de admissão temporária de aeronave arrendada. IPI. Juros de mora.</i>	
0000455-83.2014.4.03.6133	
Juiz Federal Tiago Bitencourt de David	671
<i>Ação Ordinária. Pedido de tutela antecipada. Entrega de correspondência de forma individualizada aos moradores de loteamento.</i>	
0000771-90.2014.4.03.6135	
Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes	673
<i>Ação Penal. Tráfico de entorpecentes. Flagrante no município de Ponta Porã/MS. Transporte sem autorização legal ou regulamentar de 2.100g de “crack”, que importara do Paraguai (Pedro Juan Caballero).</i>	
0001811-12.2014.4.03.6005	
Juiz Federal Roberto Brandão Federman Saldanha.....	681
<i>Ação Ordinária. Fornecimento de medicamento importado sem registro na ANVISA. Doença genética rara. Hemoglobinúria Paroxística Noturna.</i>	
0008817-82.2015.4.03.6119	
Juiz Federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida	686
<i>“Habeas Corpus”. Transgressão militar. Nulidade do processo administrativo que decretou a punição.</i>	
0012720-28.2015.4.03.6119	
Juiz Federal Etienne Coelho Martins	696

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região..... 703

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região
..... 707